

textos

O príncipe e o plebeu ou o rei do Brasil numa cidade republicana

Apenas uma crônica histórica

João Baptista Borges Pereira

S

anta Cruz do Rio Pardo, cidade que nasceu nos meados do século XIX, com o desbravamento do “sertão do Paranapanema” por famílias extensas provenientes das divisas das então capitanias de São Paulo e de Minas Gerais, na altura de São João da Boa Vista: os Soares, os Andrades, os Botelhos e os Garcias ou Caetanos de Oliveira. Cada grupo familiar se apossou de léguas e léguas daquela extensa área aonde a civilização ainda não chegara. Eram fazendeiros rústicos, cada qual com sua leva de escravos e seus agregados.

Somente nos finais do século XIX, anos depois desses pioneiros desbravadores, chegaram àquela região como cafeicultores os chamados fazendeiros sofisticados, categoria na qual se singularizavam ou se destacavam Antônio da Cunha Bueno e Francisco de Abreu Sodré. O primeiro, embora barão imperial, compunha com Abreu Sodré a ponta de lança do Partido Republicano Paulista naquela área rústica. Para expor e defender o ideário do novo regime, fundaram o jornal *Correio do Ser-*

JOÃO BAPTISTA BORGES PEREIRA é antropólogo, professor emérito da USP e professor pleno da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

*tão** e “batizaram” todos os logradouros públicos da cidade que ainda engatinhava (ruas, avenidas, praças, largos) com nomes expressivos da fase republicana. Nessa toponímia não havia espaço para nomes ligados ao império, ou que o lembrassem.

Foi nesse cenário republicano que se delineou o palco do encontro entre um nobre e um plebeu, em meados da década de 50 (século XX), no salão de uma selaria, a Selaria Oliveira, de Antônio Bento de Oliveira, descendente da família pioneira Garcia/Caetano de Oliveira. Ao passar pela ampla selaria, situada na Rua Euclides da Cunha, não me contive e entrei, talvez por permanente curiosidade pelas peças expostas, talvez para lembrar meus tempos de adolescência, quando passava meus dias cavalgando em pelo, isto é, sem arreios ou selas, pelos pastos da fazenda de meu tio-avô Getúlio Pimentel. Ao entrar na ampla selaria presenciei o diálogo entre três pessoas: o fazendeiro Mário Botelho do Amaral – que anos depois seria prefeito da cidade –, trajando seu costumeiro terno de brim cáqui e calçando botas longas, bem engraxadas; ao seu lado, um senhor bem vestido, com terno cinza, formal, que fugia aos padrões dos trajes dos homens de uma cidade ainda muito provinciana, ruralizada, “caipira”; compondo o triângulo, estava o proprietário da selaria, que, cerimoniosamente, exibia, com indisfarçável orgulho, a sela previamente encomendada pelo senhor de terno cinza. Reparei que o comerciante dirigia-se ao cliente, sempre o tratando com a expressão “meu rei” ou “seu rei”. Tão logo os clientes saíram da selaria, perguntei, curioso, ao senhor Antônio Bento, quem era aquele senhor chamado por ele de “seu rei” ou “meu rei”. Com a maior naturalidade, ele me respondeu que o Mário Amaral lhe havia recomen-

dado chamá-lo assim, porque o homem era o “rei do Brasil”. Percebi que não adiantaria insistir na pergunta, pois a resposta seria sempre a mesma.

Dias depois, em plena Av. Silva Jardim – líder republicano engolido pelo Vesúvio –, reencontrei os dois personagens rindo e conversando animadamente. Curioso, acompanhei-os, a distância, até a Praça da República, onde ambos se sentaram em um banco à sombra de árvore frondosa. De repente, o fazendeiro Amaral atravessou a rua em direção ao bar da família do hoje professor Jorge Nagle, então meu amigo de infância e colega de ginásio, enquanto “seu rei” aguardava-o no banco. Aproveitei a oportunidade, pedi licença ao senhor Amaral e lhe perguntei, em tons confidenciais, quem era realmente o seu companheiro. Foi quando, para minha surpresa, fiquei sabendo que o “seu rei” era o Príncipe Dom Pedro Henrique Afonso Felipe Maria Gastão Miguel Gabriel Rafael Gonzaga de Orleans e Bragança Bourbon, neto da princesa Isabel, chamado pela família ou autointitulado Dom Pedro III do Brasil.

Soube, também, que o príncipe morava em fazenda de 63 alqueires, sem energia elétrica, no norte do Paraná. Nessa pequena propriedade, criava 11 filhos, com a ajuda de sua esposa, Maria Isabel Francisca Teresa Josefa de Wittelsbach e Croy-Soire. Segundo o fazendeiro, o príncipe vinha, com frequência, a Santa Cruz do Rio Pardo para visitá-lo e fazer compras, principalmente arreios para seus 12 cavalos. O senhor Antônio Bento tinha razão.

O Rei do Brasil estava transitando alegre e tranquilo por um cenário republicano, sem despertar atenção alguma. Era apenas mais um a visitar uma cidade considerada na época a mais civilizada do antigo sertão do Paranapanema.

* Assíduo colaborador do jornal foi Otoniel Motta, então pastor de uma incipiente igreja presbiteriana do lugarejo, que anos antes nascera de um embrião do protestantismo rural de Avaré. Gramático e

escritor, foi fundador, em 1934, da área de línguas neolatinas da USP, da qual fizeram parte posteriormente T. Maurer Jr., Isaac Nicolau Sallum e Cidmar Teodoro Pais.